

# O DINOSSAURO COMEÇOU A SE MEXER

*A reunião de cúpula sobre Desenvolvimento Social em Copenhague, que marcou o início das comemorações pelos 50 anos das Nações Unidas, confirmou a parceria de governos e sociedade civil como uma das tendências deste fim de século para a solução dos graves problemas que desafiam a humanidade*

“Estas megaconferências da ONU são como um dinossauro. Preguiçoso, ele prefere não se mexer. Mas à medida que mosquitos incômodos forem pousando nas suas costas, começa a se mover lentamente.”

*Peter Ustinov, ator inglês em Copenhague, março de 1995.*

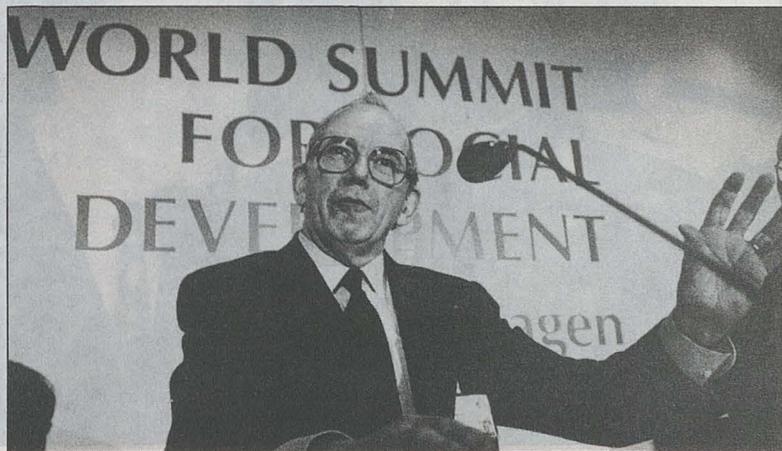
## Kristina Michahelles

O dinossauro começou a se mexer na segunda semana de março. Afinal, durante os últimos três anos, milhares de mosquitos, na encarnação não só de organizações não-governamentais (ONGs), mas também de pessoas ativas nos governos, que sonham com o ideal de um mundo com menos miséria, participaram dos preparativos da Reunião de Cúpula sobre Desenvolvimento Social das Nações Unidas. O encontro se realizou em Copenhague, capital da Dinamarca, de 6 a 12 de março com três objetivos principais: erradicar a pobreza, reduzir o desemprego e combater a desintegração social, em todas as suas formas.

Foi um passo pequeno, tímido ainda, talvez, mas que pode significar uma mudança de rumo num mundo que há meio século vê agravarem-se, por toda parte, a pobreza e a miséria, apesar de todo o progresso econômico. No domingo, 12 de março, 185 países dos quais



*O lixão de Manila, como o de muitas outras cidades do Terceiro Mundo, é meio de sobrevivência para milhares de pessoas que sofrem os efeitos das políticas de ajuste impostas pelo FMI, representado na reunião de Copenhague por seu presidente, Michel Camdessus*



## CAPA

## CÚPULA DE COPENHAGUE

118 representados por seus chefes de governo e de Estado (um número recorde na História), assinaram uma declaração com dez compromissos (*ver quadro*) e um plano de ação para orientar os governos sobre como investir de forma eficaz em programas sociais (ensino básico, saúde, alimentação, planejamento familiar, saneamento básico e fornecimento de água potável).

Meio século depois do final da Segunda Guerra e da criação da ONU e das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial), a reunião de Copenhague teve o mérito de sinalizar claramente que o progresso econômico não serviu ao seu principal objetivo: fornecer as condições para o bem-estar dos indivíduos. Ao contrário, ao longo destes 50 anos a miséria se expandiu, tanto no Norte, quanto no Sul. O abismo entre pobres e ricos dobrou no planeta Terra.

A reunião de Copenhague foi a última chance, neste século, para a comunidade global buscar novos modelos de desenvolvimento que tenham as pessoas como centro, e não os indicadores macroeconômicos. Cinco anos depois da queda do Muro de Berlim, foi significativa a ausência dos dois protagonistas da Guerra Fria. Tanto Boris Yeltsin, quanto Bill Clinton preferiram ficar em casa, mandando representantes. Mas, o fato é que houve mudanças, até mesmo na antes intransigente postura do governo dos EUA.

"Em algum momento, o modelo de desenvolvimento se tornou puramente matemático; uma fascinação com o PIB, a renda nacional e contabilidade em geral", diz o economista paquistanês Mahbud Ul Haq, assessor especial

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). "As pessoas não se deram mais conta de que a renda é um meio, não um fim, e que a vida não pode ser reduzida à riqueza material."

Neste sentido, a reunião da ONU serviu como um grande arco. Consagrou o princípio de que nem o Estado nem as forças de mercado, por si sós, são capazes de enfrentar a enorme tarefa de acabar com as desigualdades no mundo. Cada país, respeitando suas condições particulares, suas idiossincrasias, deve buscar novas formas de parceria entre sociedade civil, ONGs e setor privado.

Ainda que os compromissos da Declaração de Copenhague não sejam obrigatórios para os países signatários – o que desencadeou uma forte onda de crítica por parte das organizações não-governamentais – a importância da reunião de cúpula reside no fato de que estes encontros constituem um novo espaço público internacional, em que a sociedade civil participa ativamente. Espaço em que se discute a nova ordem (ou desordem) mundial, procurando responder aos problemas em escala global.

## Financiar o combate à pobreza

Num gesto de generosidade, a Dinamarca, anfitriã do encontro e um dos quatro únicos países ricos do mundo que já destinam mais do que 0,7% do seu PIB à ajuda ao desenvolvimento, cancelou a dívida de alguns países de baixíssima renda. Mas a iniciativa só foi seguida pela Áustria. Em Copenhague, não houve ainda solução para a dívida externa que sufoca 41 países pobres (com uma dívida total de US\$ 230 bilhões, um quinto de toda a dívida externa do mundo em desenvolvimento).

A declaração assinada pelos governos tampouco fala em novos recursos. Apenas indica de onde deve sair o dinheiro para financiar programas sociais. É a famosa fórmula 20/20: os países ricos destinam 20% de sua ajuda oficial externa a investimentos na área social, e os países pobres, em contrapartida, se comprometem a aplicar 20% de seu orçamento nestes programas. Pode parecer pouco. Mas, se aplicada universalmente, a fórmula pode mobilizar muito dinheiro.

Final, de acordo com

O secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, recebe Fidel Castro no Centro de Conferência Bella, em Copenhague, no dia 11 de março, quando 118 chefes de governo assinaram a declaração para combater a pobreza mundial





*O microengraxate de Quito, Equador, representa a face mais cruel da pobreza que afeta os países subdesenvolvidos: o trabalho infantil, que rouba de crianças e adolescentes a oportunidade da formação escolar*

## Os dez compromissos de Copenhague

1. Comprometemo-nos a criar um ambiente econômico, político, social, cultural e legal que capacite as pessoas a obter o desenvolvimento social.

2. Comprometemo-nos com o objetivo de erradicar a pobreza no mundo mediante ações decisivas a nível mundial e a cooperação internacional. Este deve ser um imperativo ético, social, político e econômico da humanidade.

3. Comprometemo-nos a promover o pleno emprego como prioridade básica das nossas políticas econômicas e sociais, e a capacitar todos os homens e todas as mulheres a atingir um modo de vida seguro e sustentável através de um trabalho produtivo livremente escolhido.

4. Comprometemo-nos a promover a integração social, fomentando sociedades estáveis, seguras e justas, baseadas na promoção e proteção de todos os direitos humanos, assim como na não-discriminação, na tolerância, no respeito à diversidade, na igualdade de oportunidade, na solidariedade, na segurança e na participação de todas as pessoas, incluindo os grupos e as pessoas desfavoráveis e vulneráveis.

5. Comprometemo-nos a promover o pleno respeito pela dignidade humana e a atingir a igualdade e equidade entre homens e mulheres, a reconhecer e a aumentar a participação e a liderança femininas na vida política, civil, econômica, social e cultural do desenvolvimento.

6. Comprometemo-nos a promover e atingir as me-

tas da educação universal e do acesso equitativo à educação de qualidade, ao mais alto padrão de saúde mental e física, e do acesso de todos os cuidados primários de saúde, fazendo esforços especiais em corrigir as desigualdades relativas à condição social e sem distinção de raça, origem, gênero, idade, respeitando e promovendo nossas culturas comuns e particulares, procurando fortalecer o papel da cultura no desenvolvimento, preservando as bases essenciais do desenvolvimento sustentável nas pessoas, e contribuindo para o pleno desenvolvimento dos recursos humanos para o desenvolvimento social. O objetivo destas atividades são os de erradicar a pobreza, promover o emprego pleno e produtivo e a integração social.

7. Comprometemo-nos a acelerar o desenvolvimento econômico, social e humano da África e dos países menos desenvolvidos.

8. Comprometemo-nos a velar para que os programas de ajuste estrutural incluam metas de desenvolvimento social, em particular a erradicação da pobreza, a geração de emprego produtivo e a integração social.

9. Comprometemo-nos a aumentar substancialmente ou a utilizar com maior eficácia os recursos destinados ao desenvolvimento social mediante a ação nacional e a cooperação regional e internacional.

10. Comprometemo-nos a melhorar e a fortalecer com espírito de co-participação as condições para a cooperação internacional, regional e sub-regional para o desenvolvimento social através das Nações Unidas e de outras instituições multilaterais. (K.M.)



**Bisi Oyunleye, da Associação Feminina da Nigéria, e Fatounmata Diakite, da Associação para o Progresso das Mulheres do Mali, em Copenhague pedem que os governos africanos destinem um por cento de seus orçamentos a programas de promoção feminina**

cálculos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, atualmente os países pobres destinam em média apenas 12% do seu orçamento à área social. E somente 7% da ajuda oficial externa (ODA, Official Development Assistance) dos países ricos vai para programas de desenvolvimento. James Gustave Speth, diretor do Pnud, já sonha em ampliar a fórmula 20/20 para 50/50, proposta que será levada para a próxima grande conferência da ONU, em setembro, na China, quando se discutirão a situação e os direitos da mulher.

Em Copenhague, iniciou-se também um importantíssimo debate: a criação de um imposto ou uma taxa sobre transações financeiras internacionais, a chamada *Tobin tax*, assim denominada em honra de seu autor, o prêmio Nobel de Economia de 1981, James Tobin.

Num dos mais importantes relatórios da ONU (Human Development Report, 1994), Tobin assina um artigo, em que sustenta que o fluxo do capital internacional pode ser uma excelente fonte geradora de receita para promover o desenvolvimento. A cobrança de uma pequena taxa de apenas 0,5% sobre operações financeiras internacionais, segundo seus cálculos, pode gerar a inacreditável soma de US\$ 1,5 trilhão por ano, o que é trinta vezes mais do que toda a ajuda oficial externa dos países ricos para os pobres.

A tentativa de discussão séria desta taxa foi abortada logo no início do encontro de Copenhague. Mas, no final de semana em que se reuniram os chefes de Estado, o presidente francês François Mitterrand retomou o tema e

pediu que o debate seja intensificado na reunião do G-7 em junho, no Canadá. "Se não sairmos daqui com propostas muito concretas, o encontro não passará de um grande show", disse ele. Da mesma forma, o ministro do Desenvolvimento dinamarquês, Paul Nielson, também defendeu a adoção de um imposto sobre movimentos especulativos.

À margem do que foi acertado sobre recursos para o desenvolvimento, alguns países aproveitaram o palco para anunciar iniciativas isoladas:

– O vice-presidente dos EUA, Al Gore, anunciou a "Iniciativa da Nova

Parceria". Através dela, a Agência para Desenvolvimento Internacional (Usaid) vai canalizar 40% de seus recursos para organizações não-governamentais, com o objetivo de fortalecer o intercâmbio entre pequenas empresas, dentro e fora dos EUA.

– A primeira-dama Hillary Clinton anunciou que os Estados Unidos destinarão US\$ 200 milhões, ao longo dos próximos dez anos, para a educação de meninas e mulheres nas regiões mais pobres do mundo.

– O primeiro-ministro alemão, Helmut Kohl, anunciou que a Alemanha investirá US\$ 40 milhões na prevenção do trabalho infantil em áreas pobres.

### Os dez compromissos

Os dez compromissos contidos na Declaração de Copenhague são as promessas da comunidade internacional para um mundo melhor.

– O primeiro compromisso não entra em detalhes sobre medidas concretas para criar um ambiente propício ao desenvolvimento social, mas menciona a necessidade de apoio às pequenas e microempresas, particularmente nas áreas rurais. Além disso, o parágrafo 13 da declaração fala, implicitamente, de taxas globais, como a *Tobin tax*.

– O segundo compromisso contém talvez o maior avanço da reunião de cúpula: o fato de a comunidade internacional, pela primeira vez num encontro deste nível, se comprometer a combater a pobreza, reafirmando o consenso atingido nas reuniões do Rio de Janeiro (1992,



O lixo da civilização industrializada, como símbolo do desperdício e da exploração dos países pobres, ficou à mostra durante a conferência

Meio Ambiente) e do Cairo (1994, População e Desenvolvimento).

— O terceiro compromisso marca um gol para a União Européia, assolada pela maior crise de desemprego de todos os tempos (mais de 35 milhões de desempregados), e que, desde as reuniões preparatórias para Copenhague, insistia na ratificação, a nível mundial, das convenções da Organização Internacional do Trabalho, incluindo a proibição de trabalho forçado e trabalho infantil, a liberdade de associação, o direito coletivo de barganha e o respeito ao princípio de não-discriminação. Alguns países pobres resistiam a aceitar esta formulação, por entender que podem conter uma forma oculta de protecionismo. (É interessante observar que a Dinamarca tampouco ratificou a Convenção de Trabalho Infantil por considerar que crianças abaixo de 14 anos devem poder trabalhar na colheita de morangos e na entrega de jornais).

— O quarto compromisso confirma a linguagem adotada na Conferência sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993, a universalidade das liberdades individuais e dos direitos humanos e o direito ao desenvolvimento. Houve, no entanto, durante o encontro de Copenhague, algumas tentativas de retrocesso.

— O quinto compromisso, sobre os direitos da mulher, ratifica que a maioria dos pobres no mundo (60%) é constituída por mulheres. Ele revela um forte e competente trabalho de lobby das ONGs voltadas para a causa da mulher, já que aponta para a próxima grande reunião da ONU sobre temas globais, que se realizará em setembro, em Beijing, e será centrada na questão feminina.

— O sexto compromisso, sobre o acesso de todos ao ensino básico e aos cuidados de saúde, é novo — quer dizer, não havia sido negociado em nenhum dos encontros preparatórios à cúpula de Copenhague. Ele contém metas bem concretas e objetivas: até o ano 2000, pelo menos 80% das crianças em idade escolar deverão ter acesso ao ensino básico e à possibilidade de completar o ensino primário. Até o ano de 2015, todas as crianças deverão ter esta possibilidade garantida.

— O sétimo compromisso diz respeito à África e aos países menos desenvolvidos. É a única região mencionada em separado. Os países africanos, provavelmente, serão os únicos a se beneficiarem, no curto prazo, dos compromissos de Copenhague. Um retrocesso em relação à Agenda 21, assinada no Rio: os países ricos não têm mais data para atingir a meta de dedicar 0,7% do seu PIB aos países pobres (antes, era até o ano 2000).

— O oitavo compromisso diz respeito aos famigerados programas de ajuste estrutural e marca uma importante mudança de postura. Os governos se comprometem a examinar, cuidadosamente, o custo social destes programas antes de sua execução.

— O nono compromisso é um dos mais criticados pelas ONGs, pois a linguagem, em relação a novos recursos para fins de desenvolvimento social, é extremamente vaga e imprecisa.

— O décimo compromisso deveria ser um dos mais fundamentais, mas deixa transparecer a falta de mecanismos do organismo internacional para assegurar a execução das metas da reunião de cúpula.

As Somália, crianças enfrentam toda sorte de dificuldades para a sobrevivência

